REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ANCESTRALIDADE E PRESERVAÇÃO CULTURAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE DE REVISÃO DE LITERATURA

ANCESTRY AND CULTURAL PRESERVATION IN QUILOMBOLA COMMUNITIES: A LITERATURE REVIEW ANALYSIS

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 12/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794274745

Williana Carla Silva Alves[1]

Anderson Fernandes de Alencar[2]

Bruno Leonardo Quirino de Oliveira Freitas[3]

Maria Zilma Sampaio Rocha[4]

Maria Alexandra Abreu de Sousa[5]

Sangela Maria Pereira dos Santos[6]

Vanessa Sabrina Teixeira de Melo[7]

José de Lima Albuquerque[8]

Raimundo Jackson Nogueira da Silva[9]

RESUMO

O presente artigo analisa as memórias, os saberes tradicionais e as estratégias de resistência preservadas em comunidades quilombolas, a partir de uma abordagem de revisão de literatura e análise teórica. A pesquisa fundamenta-se no levantamento bibliográfico e documental de produções acadêmicas e registros sobre o patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro, investigando minuciosamente o papel desempenhado pelos guardiões da memória e pelos museus comunitários na salvaguarda dos conhecimentos ancestrais. A partir de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, o estudo evidencia de que modo objetos do cotidiano, práticas medicinais tradicionais, narrativas orais, festividades e técnicas de subsistência configuram-se como importantes mecanismos de resistência política, preservação patrimonial e transmissão intergeracional de saberes. Os resultados demonstram que a memória coletiva nas comunidades quilombolas ultrapassa a simples recordação passiva do passado escravista, constituindo-se como um instrumento político dinâmico de afirmação identitária, garantia de direitos e fortalecimento territorial. Destaca-se a relevância dos museus comunitários como espaços pedagógicos, museológicos e de valorização das epistemologias tradicionais, contribuindo diretamente para a construção de narrativas históricas protagonizadas pelos próprios sujeitos quilombolas. Conclui-se que a literatura científica evidencia a permanência de práticas de resistência que articulam indissociavelmente território, cultura e ancestralidade, reafirmando a memória coletiva como elemento central na luta pela preservação da identidade quilombola contemporânea e pelo direito à terra.

Palavras-chave: Memória Social; Resistência Negra; Saberes Tradicionais; Territorialidade; Museologia Social.

ABSTRACT

This article analyzes the memories, traditional knowledge, and resistance strategies preserved in quilombola communities through a literature review and theoretical analysis approach. The study is based on a bibliographical and documentary survey of academic literature and records regarding Afro-Brazilian historical and cultural heritage, investigating the role of memory guardians and community museums in safeguarding ancestral knowledge. Employing a qualitative, exploratory, and descriptive approach, the research highlights how everyday objects, traditional medicinal practices, oral narratives, festivities, and subsistence techniques function as mechanisms of cultural resistance and intergenerational transmission of knowledge. The findings demonstrate that collective memory in quilombola communities extends beyond recollections of the slavery period, constituting a political instrument for identity affirmation and territorial strengthening. Particular emphasis is given to the role of community museums as educational and museological spaces that promote the safeguarding of ancestral knowledge and the construction of historical narratives from the perspective of quilombola subjects themselves. The literature reveals the persistence of resistance practices that articulate territory, culture, and ancestry, reaffirming collective memory as a central element in the preservation of contemporary quilombola identity.

Keywords: Social Memory; Black Resistance; Traditional Knowledge; Territoriality; Social Museology.

1. INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas representam parcelas fundamentais da formação sociocultural brasileira, constituindo-se como territórios privilegiados de salvaguarda da memória, da cultura viva e dos

modos de vida e produção afro-brasileiros. Inseridas historicamente em paisagens geográficas diversas, muitas vezes marcadas pela herança do ciclo agroaçucareiro, do extrativismo vegetal, da pecuária ou pela proximidade com ecossistemas de elevada relevância ecológica, essas comunidades guardam ricas referências da sociabilidade afrodiaspórica e de formas comunitárias e sustentáveis de articulação entre a sociedade e o meio ambiente. A permanência física, cultural e simbólica das populações quilombolas em seus territórios de ocupação tradicional expressa uma continuidade histórica de resistência ao processo de colonização e de expropriação fundiária, consubstanciando a preservação de conhecimentos ancestrais relacionados à agricultura familiar, ao manejo ecológico de recursos florestais e à medicina popular.

Longe de serem compreendidos apenas como remanescentes arqueológicos ou fósseis históricos do período colonial e escravocrata, os quilombos contemporâneos afirmam-se como espaços viventes de reexistência política e cultural. Nestes territórios, os saberes ancestrais não permanecem estáticos no tempo; ao contrário, são continuamente atualizados, ressignificados e reelaborados no fluxo das vivências das novas gerações. A dinâmica espacial e social dos quilombos reflete um compromisso ético e político com a preservação do patrimônio imaterial, no qual cada gesto cotidiano, celebração festiva ou prática de trabalho comunitário encerra em si a memória viva dos antepassados que lutaram pela conquista da liberdade e pela afirmação do direito à existência digna.

Conforme postula Santos (2015), as populações e comunidades tradicionais gestam formas singulares de existência, organização comunitária e produção de conhecimento, alicerçadas em laços de

solidariedade, na oralidade como veículo epistemológico primacial e no respeito irrestrito aos saberes transmitidos pelos antepassados. Essa forma contracolonial de produzir e vivenciar o espaço contrapõe-se diretamente à lógica mercantil e espoliadora da sociedade hegemônica, oferecendo modelos alternativos de convivência harmônica entre os seres humanos e os recursos naturais.

Nesse âmbito, as memórias coletivas e as manifestações culturais conectam-se de forma umbilical com as dimensões da territorialidade e da construção das identidades étnico-raciais. A literatura acadêmica contemporânea indica que as trajetórias de vida, os relatos de oralidade e as coleções patrimoniais mantidas por lideranças locais, griôs e guardiões da memória comunitária trazem à tona não apenas as memórias traumáticas da violência colonial e do trabalho forçado, mas revelam arranjos tecnológicos sofisticados, saberes fitoterápicos e cosmovisões que pautam o manejo ambiental e a celebração da vida comunitária. Essa riqueza epistêmica constitui a base sobre a qual se erguem as reivindicações por políticas públicas, pela titularidade coletiva das terras e pela justa reparação histórica.

A despeito da expansão do campo de estudos sobre a realidade quilombola no Brasil, verifica-se a premente necessidade de investigações teóricas que problematizem os museus comunitários e os centros de memória locais não como meros depósitos de antiguidades, mas como dispositivos estratégicos de museologia social, produção de memória coletiva, fortalecimento da autoimagem identitária e garantia de direitos territoriais. Os museus comunitários erguem-se como plataformas emblemáticas onde patrimônio material e imaterial, narrativa oral e ativismo político se

encontram em territórios tensionados por conflitos socioambientais e pressões do agronegócio ou do capital imobiliário.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo geral analisar, a partir de uma revisão de literatura e de uma reflexão teórico-conceitual, as contribuições das memórias coletivas e dos saberes tradicionais preservados em comunidades quilombolas para a afirmação das identidades étnico-raciais, a valorização da ancestralidade negra e a resistência política e cultural desses grupos.

Especificamente, busca-se: (I) compreender a materialidade do cotidiano e os acervos comunitários como expressões da memória e da resistência quilombola; (II) discutir a relevância dos conhecimentos tradicionais relacionados à medicina popular e ao manejo ambiental na valorização das epistemologias ancestrais; (III) analisar o papel dos museus comunitários como espaços de educação, preservação patrimonial e construção de narrativas históricas contra-hegemônicas; e (IV) refletir sobre os desafios da transmissão intergeracional dos saberes e do envolvimento da juventude quilombola na preservação da memória coletiva e na defesa do território.

Ao articular essas dimensões, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre a museologia social e o protagonismo das comunidades quilombolas na construção e na preservação de suas próprias narrativas históricas, reconhecendo a memória e os saberes tradicionais não apenas como elementos constitutivos de sua identidade, mas também como instrumentos de resistência, afirmação de direitos e continuidade de seus modos de vida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Memória Social, Coletiva e Identidade Étnica

A memória coletiva desempenha uma função estruturante na gênese, coesão e reprodução contínua dos grupos sociais. Ela opera como um arcabouço integrador que possibilita aos indivíduos compartilhar referenciais simbólicos comuns a respeito do passado, construindo sentimentos de pertencimento vinculados aos seus lugares de vida, às suas práticas rituais e às suas trajetórias de luta historicamente vivenciadas (Gautério; Albernaz, 2022). A memória não deve ser apreendida como um simples arquivo estático de dados armazenados na mente humana, mas sim como um processo social dinâmico, seletivo e reestruturador do presente. Através da rememoração, os sujeitos sociais ressignificam suas experiências acumuladas, projetando horizontes de expectativa e moldando suas identidades comunitárias em face dos desafios contemporâneos.

No cenário das comunidades quilombolas, a memória ancestral transcende a contemplação passiva dos acontecimentos remotos. Ela atua como um vetor vital da identidade étnica, operando o elo entre as exigências do presente e os legados fundadores do grupo (Santos; Keitel; Rocha, 2022). Pesquisas dedicadas aos "lugares de memória" em contextos tradicionais (Nora, 1993) demonstram que o ato de rememoração no cotidiano conecta a coletividade a um passado fundador que confere sentido ético, político e existencial à comunidade (Gomes; Resende, 2020). Essa conexão ritual e cotidiana com os ancestrais nutre o sentimento de pertencimento étnico, fornecendo a base moral necessária para sustentar a coesão interna diante de pressões externas e discriminações estruturais.

Aprofundando a dimensão teórica do fenômeno mnemônico, os trabalhos clássicos de Halbwachs e as releituras contemporâneas de

Candau (2022) ressaltam que as lembranças individuais dependem intrinsecamente dos quadros sociais da memória. No contexto afro-diaspórico, esses quadros sociais são moldados pela vivência do território, pelo calendário produtivo, pelas práticas religiosas de matriz africana e pelas narrativas orais compartilhadas ao redor do fogo ou nos momentos de trabalho comunitário. A memória individual de um sujeito quilombola encontra validação e significado no interior da tessitura coletiva, na qual as histórias de resistência dos antepassados fundem-se à identidade do grupo presente.

Ademais, fundamentando-se nos aportes de Ricoeur (2007), compreende-se que a memória e a história estão imbricadas em disputas permanentes de sentido. A rememoração comunitária constitui uma prática política e social contra o esquecimento forçado e o apagamento institucional perpetrado pelos discursos hegemônicos. O trabalho da memória, segundo Ricoeur (2007), envolve a busca pelo reconhecimento das narrativas de grupos subalternizados, contrapondo o "dever de memória" ao silenciamento histórico imposto pelas elites coloniais e pós-coloniais. Nesse prisma, lembrar deixa de ser um mero ato cognitivo para tornar-se uma postura militante, um compromisso de fidelidade para com as gerações passadas e de responsabilidade ética para com os vindouros.

A identidade étnica quilombola constitui-se, portanto, como uma construção política e afetiva indissociável da memória coletiva. Ela não se baseia em critérios biológicos ou essencialistas, mas no sentimento de pertencimento a uma comunidade histórica que compartilha uma ancestralidade comum, uma trajetória de resistência contra a dominação e um modo próprio de vida e de vinculação com a terra. Ao manterem vivas as memórias de seus

antepassados, as comunidades remanescentes de quilombos reforçam sua autoidentificação e garantem o respaldo legal e constitucional indispensável para a defesa de seus territórios e a promoção de sua autonomia cultural.

2.2. Territorialidade, Ancestralidade e Contracolonização

Para compreender a constituição dos quilombos contemporâneos, a categoria analítica do território mostra-se incontornável. A pensadora e ativista Beatriz Nascimento (1985) redefiniu a compreensão historiográfica sobre o tema ao conceituar o quilombo não apenas como um agrupamento isolado de escravizados fugidos no passado colonial, mas como um contínuo histórico de resistência cultural e espaço geográfico de produção de vida plena. Para Nascimento (1985), o quilombo se manifesta na contemporaneidade como um território corporificado de afirmação étnica e cidadania. O quilombo ultrapassa as barreiras do tempo e do espaço físico, projetando-se como uma matriz ideológica e cultural que orienta a práxis de libertação do povo negro nas cidades e no campo.

Em perfeita consonância, Reis e Gomes (1996) demonstram que as experiências quilombolas no Brasil estruturaram modalidades plurais de organização comunitária, que ultrapassavam a dimensão do confronto militar e projetavam modelos autônomos de sociedade. Os quilombos históricos estabeleceram redes dinâmicas de trocas comerciais, alianças interétnicas e sistemas produtivos diversificados, desmistificando a visão colonial de que seriam apenas acampamentos precários. Essa herança de autonomia e autogestão reflete-se na estrutura atual dos territórios quilombolas, onde a tomada de decisão coletiva e o uso compartilhado da terra constituem pilares fundamentais de governança local.

Na vertente do pensamento decolonial afro-brasileiro, Antônio Bispo dos Santos (2015) introduz o conceito de "contracolonização". O autor conceitua a contracolonização como o conjunto de modos de vida, saberes, linguagens e símbolos gerados pelos povos tradicionais que resistem e combatem ativamente a ordem colonial, eurocêntrica, extrativista e mercantilizadora. Os saberes acerca do manejo da terra, da cura fitoterápica, da arquitetura vernacular e da agricultura sustentável não são meras "curiosidades folclóricas", mas tecnologias de sobrevivência e símbolos concretos de contracolonização (Santos, 2015; Ferreira; Costa, 2025). A contracolonização propõe uma relação de encantamento e respeito com a natureza, em oposição direta à lógica colonial de dominação, degradação e exploração predatória.

Sob a perspectiva geográfica de Milton Santos (2006), o território deve ser apreendido como "espaço vivido", no qual a terra física se encontra impregnada de afetividades, simbolismos, normas sociais e memórias. O território não é neutro nem se reduz a uma delimitação cartográfica estritamente jurídica; ele é suporte da vida comunitária e palco de relações de poder. A territorialidade quilombola articula a posse física da terra com o direito de vivenciar a herança imaterial transmitida pelos antepassados (Santos; Keitel; Rocha, 2022). O território é o chão onde repousam os ancestrais e onde se cultivam os mantimentos e as ervas sagradas, tornando a terra um elemento indivisível do próprio ser quilombola.

Como analisam Little (2002) e Almeida (2008), a relação dos povos tradicionais com seus territórios não é pautada pelo valor de troca ou pelo título privado mercantil, mas pela posse ancestral e pelo uso comum dos recursos. A propriedade comunitária da terra garante a sustentabilidade ecológica e inviabiliza a especulação imobiliária, assegurando que as futuras gerações herdem o espaço vital

necessário à sua reprodução física e cultural. Estratégias inovadoras, tais como o turismo de base comunitária, emergem nesse horizonte como mecanismos de autodeterminação, valorização do patrimônio cultural e reforço do pleito pela regularização fundiária (Moraes; Lustosa, 2024). Essa territorialidade específica enfrenta diariamente o avanço da fronteira agrícola e os grandes projetos de infraestrutura, revelando que a luta pelo território é o alicerce indispensável de todas as demais lutas da população quilombola.

2.3. Museologia Social, Patrimônio Cultural e a Escrevivência Quilombola

A musealização comunitária em territórios quilombolas demanda referenciais teóricos libertadores. A Museologia Social surge como um campo interdisciplinar que questiona a concepção tradicional de museu como templo elitista de objetos sagrados ou de celebração das classes dominantes. Chagas (2018) e Guarnieri (2010) definem o museu como um espaço de reflexão crítica, engajamento social e garantia de cidadania. Na museologia social, o acervo engloba o próprio território, as paisagens, os relatos orais e as vivências dos sujeitos comunitários (Chagas *et al.*, 2022). Em lugar de enclausurar a memória entre quatro paredes, a museologia de base comunitária espalha-se pela paisagem, integrando os caminhos, as roças, os terreiros e as fontes d'água ao itinerário de visitação e aprendizado.

Essa nova perspectiva museológica desloca o foco do "objeto raro e precioso" para o "sujeito e suas relações sociais". O valor do patrimônio deixa de ser atribuído por especialistas externos e passa a ser conferido pelos próprios moradores, a partir do significado afeto e político que cada item possui na história do grupo. Os

instrumentos de trabalho, as panelas de ferro, as vestimentas rituais e as fotografias amareladas pelo tempo ganham estatuto de patrimônio cultural porque guardam a memória das dores, das alegrias e das vitórias da comunidade.

Nesse enquadramento, a categoria de "escrevivência", cunhada pela escritora Conceição Evaristo (2020), assume vital importância analítica. A escrevivência traduz o ato de grafar, narrar e interpretar o mundo a partir da vivência acumulada na pele e na memória do povo negro. Nos museus comunitários e acervos locais, a escrevivência ganha contornos tridimensionais: os objetos expostos, os relatos gravados e os acervos fotográficos funcionam como uma "narrativa vivida" em primeira pessoa, rompendo com a historiografia hegemônica e racista que sempre falou "sobre" o negro, sem jamais ouvi-lo (Evaristo, 2020; Fonseca; Oliveira; Andrade, 2021).

A aplicação da escrevivência ao campo da museologia comunitária permite a superação das representações estereotipadas sobre a população quilombola. A história deixa de ser contada pela perspectiva do colonizador ou da historiografia oficial para ser narrada com a voz, o sotaque e a sensibilidade de quem vivencia cotidianamente a realidade do quilombo. Dessa forma, os acervos locais tornam-se monumentos à vida e à resistência, desarmando o preconceito e convidando o visitante a uma experiência profunda de alteridade, respeito e aprendizado intercultural.

3. METODOLOGIA

O presente artigo desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, fundamentando-se no

procedimento metodológico de revisão de literatura e análise documental. A revisão possibilita a síntese do conhecimento produzido sobre determinada temática, permitindo a inclusão de estudos teóricos e empíricos para uma compreensão abrangente do fenômeno investigado. A abordagem qualitativa mostra-se particularmente adequada para o estudo de fenômenos complexos e carregados de significado simbólico, como a memória coletiva, a ancestralidade e a museologia social em contextos de vulnerabilidade socioambiental e territorial.

A construção do corpus de análise seguiu um rigoroso protocolo de busca, seleção e análise temática das produções científicas e documentos institucionais. As buscas foram executadas em bases de dados bibliográficas nacionais e internacionais, tais como SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios institucionais universitários, cobrindo produções publicadas entre o período consolidado de estudos sobre a temática quilombola até a contemporaneidade. Utilizaram-se como descritores de busca, combinados através dos operadores booleanos AND e OR: "Memória Social", "Comunidades Quilombolas", "Museologia Social", "Saberes Tradicionais", "Territorialidade Quilombola" e "Escrevivência".

Os critérios de inclusão pré-estabelecidos foram:

1. Artigos científicos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros com aderência temática direta aos objetivos do estudo;

2. Produções que abordassem diretamente museus comunitários, acervos quilombolas, tradição oral, saberes de cura e governança territorial;

3. Estudos fundamentados em aporte empírico ou reflexão teórica consistente.

Foram excluídos trabalhos duplicados, materiais sem amparo científico evidente e pesquisas que tratavam de populações tradicionais de forma genérica, sem foco específico na realidade quilombola.

Quadro 1. Síntese das Etapas da Revisão de Literatura

Etapa do Processo	Descrição das Ações Realizadas
1. Identificação	Busca sistemática nas bases de dados com descritores selecionados em português e inglês.
2. Triagem	Leitura dos resumos e títulos; eliminação de duplicidades e artigos fora do escopo.
3. Elegibilidade	Leitura na íntegra dos textos selecionados para verificação dos critérios de rigor acadêmico.
4. Inclusão e Análise	Sistematização dos estudos em categorias temáticas para síntese qualitativa e reflexão teórica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

A análise das informações orientou-se pela técnica de análise temática de conteúdo, articulada com o referencial epistemológico contracolonial e decolonial (Santos, 2015; Evaristo, 2020). As categorias temáticas emergentes foram estruturadas em cinco eixos analíticos centrais no capítulo de resultados, garantindo um encadeamento lógico entre o embasamento teórico e as constatações extraídas do corpus bibliográfico.

Por fim, cabe registrar que a revisão estilística, o aprimoramento da fluência linguística e a adequação da densidade textual ao padrão acadêmico contaram com o suporte do modelo de inteligência artificial Gemini (Google). Salienta-se que o rigor epistemológico, a curadoria bibliográfica, a condução das análises, a articulação teórico-conceitual e as conclusões apresentadas representam responsabilidade intelectual direta e exclusiva dos autores do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Objetos do Cotidiano Como Instrumentos de Resistência e Tecnologia Ancestral

A literatura examinada revela de forma consistente que a materialidade do cotidiano nas comunidades quilombolas guarda registros profundos de inteligência técnica e resistência política. Sob a opressão do regime escravocrata, os sujeitos escravizados e seus descendentes ressignificaram objetos domésticos e ferramentas de trabalho cotidianas, convertendo-os em aparatos de sobrevivência, contra-insurgência e comunicação secreta. Utensílios simples de trabalho agrícola ou doméstico assumiram papeis duplos, operando como sustentáculos do trabalho forçado exigido pelos senhores e, simultaneamente, como armas estratégicas de libertação e preservação de identidades.

Um exemplo marcante presente nos registros históricos e nos acervos locais refere-se ao uso de pedras cortantes, popularmente denominadas "pedras de fogo". Tais elementos eram empregados de forma engenhosa no desgaste e na ruptura mecânica de correntes, grilhões e demais dispositivos de contenção física impostos pelos

feitores e proprietários de engenho. A pedra, recurso abundante na paisagem natural, transformava-se em instrumento de resistência, empregado no rompimento de grilhões e na ruptura dos mecanismos de aprisionamento. Paralelamente, instrumentos de sopro e percussão construídos com búzios e conchas marinhas (Guatambu ou Toque de Búzios) eram utilizados para a transmissão de sinais sonoros a longas distâncias, alertando sobre invasões ou coordenando fugas entre diferentes mocambos.

A análise das evidências materiais demonstra também o papel desempenhado pelas tecnologias de beneficiamento de alimentos, como os pilões de madeira maciça e as prensas manuais de mandioca. Mais do que meros aparatos de subsistência, esses objetos encerravam em si conceitos físicos, mecânicos e botânicos trazidos do continente africano e adaptados às condições do bioma brasileiro. A fabricação da farinha, a extração de óleos vegetais e o cultivo de gêneros nativos representavam espaços de autonomia econômica e de resistência sociocultural que desafiavam a dependência exclusiva dos suprimentos coloniais.

A salvaguarda desses artefatos em museus comunitários transforma a percepção pública sobre a história negra. Ao invés de uma vitimização passiva, o objeto exposto revela o protagonismo tecnológico, a criatividade e a capacidade adaptativa do povo negro. Em alinhamento com a teorização de Chagas (2018), esses itens deixam de ser simples "antiguidades" e tornam-se suportes materiais da memória coletiva e instrumentos de afirmação política e cidadania no presente. Quando uma criança quilombola contempla no museu de sua comunidade um grilhão quebrado ou uma ferramenta artesanal fabricada por seus antepassados, a

narrativa de opressão é sobrepujada pela consciência do orgulho e da vitória de seus ancestrais.

4.2. Saberes Tradicionais, Medicina Ancestral e Manejo Socioambiental

A investigação bibliográfica evidencia que o conhecimento fitoterápico e as práticas de cura em territórios quilombolas compõem um complexo sistema médico-ecológico tradicional. O uso de plantas medicinais nativas, como o tingui, a aroeira, o barbatimão e diversas ervas de terreiro e de mata fechada, resulta de séculos de observação empírica, experimentação e diálogo com as forças da natureza. Essa medicina integrativa articula as propriedades farmacológicas das espécies vegetais aos rituais espirituais e à fé comunitária, compreendendo a saúde não como a ausência pontual de enfermidade física, mas como o estado de equilíbrio integral entre o indivíduo, a comunidade, os ancestrais e o meio ambiente.

Esses conhecimentos sobre o preparo de garrafadas, lambedores, banhos de assento e pomadas artesanais constituem importantes mecanismos de autocuidado e soberania em saúde pública, historicamente mobilizados frente à ausência ou negligência do Estado nas áreas rurais e periféricas. A transmissão dessas receitas e rituais dá-se preponderantemente pela oralidade, no âmbito familiar e comunitário, protagonizada sobretudo por parte de parteiras, raizeiras e benzedeiras. Essas mulheres guardiãs detêm o domínio refinado das épocas certas de coleta de folhas, cascas e raízes, respeitando os ciclos da lua e as estações do ano para assegurar a eficácia medicinal e a renovação biológica das espécies vegetais.

Sob a perspectiva de Santos (2015), essa medicina ancestral configura uma epistemologia autônoma e legítima. Ao preservar as matas nativas para a coleta de ervas medicinais, as comunidades realizam a preservação dos ecossistemas locais, provando que a conservação da biodiversidade é indissociável da manutenção dos saberes das populações tradicionais (Ferreira; Costa, 2025). Trata-se de uma práxis contracolonial que desafia a monopolização do saber pela indústria farmacêutica ocidental e pela medicina alopática, reafirmando o direito dos povos de gerir suas próprias práticas de saúde e bem-estar a partir de sua herança cultural.

A dimensão ambiental da sabedoria quilombola estende-se também às práticas agrícolas de coivara, ao roçado familiar sem agrotóxicos e à seleção crioula de sementes ancestrais. As sementes crioulas, transmitidas de geração em geração, funcionam como tesouros genéticos e culturais que garantem a segurança alimentar das famílias mesmo em períodos de seca ou intempéries climáticas. A literatura demonstra que a preservação dessas sementes é indissociável da defesa da terra, configurando um escudo de resistência contra a monocultura e o uso desenfreado de insumos químicos pela agroindústria moderna.

4.3. Memória, Oralidade, Narrativas Míticas e Reconstrução da Identidade Coletiva

Nas sociedades de matriz africana e quilombola, a oralidade ergue-se como o eixo pedagógico e existencial supremo. A literatura destaca que a rememoração das trajetórias de lideranças históricas e ancestrais de referência (como Zumbi, Dandara, Aqualtune, bem como griôs locais e parteiras) opera como um espelho ético para as gerações presentes. A palavra falada carrega consigo a energia vital

(o axé) dos que já se foram, conectando o orador aos seus ouvintes em um rito pedagógico no qual a escuta atenta é condição para o aprendizado e para a maturidade comunitária.

Junto às narrativas históricas de libertação, a oralidade preserva mitos, lendas locais e narrativas de assombro como a "Lenda da Pedra", relatos do nego d'água e entidades protetoras das matas e rios. Longe de constituírem meras superstições, essas narrativas míticas desempenham papeis reguladores das atividades humanas: impõem limites à pesca predatória, proíbem o desmatamento desmedido em áreas sagradas e ensinam a leitura refinada dos sinais do clima, dos ventos e do ciclo das águas. O medo respeitoso às entidades da natureza atua como uma norma ambiental consuetudinária que protege os mananciais e a fauna local com eficácia frequentemente superior às legislações formais do Estado.

Essa centralidade do verbo falado guarda consonância direta com o conceito de escrevivência em Evaristo (2020) e com os achados de Portelli (2016) sobre a história oral. A oralidade quilombola não é uma fonte secundária ou falha, mas sim uma arte da escuta e uma estratégia de preservação ontológica que impede o apagamento da história contada a partir da perspectiva dos vencidos (Silva, 2023; Silva; Santos, 2021). A narração oral reescreve o passado sob as tintas do afeto e da justiça, permitindo que a dor do cativeiro seja superada e transformada em combustível para as lutas do presente.

Além disso, as expressões culturais performáticas — como o jongo, o tambor de crioula, a ciranda, o maracatu e o reisado — atuam como extensões corpóreas da oralidade. Na dança e no batuque dos tambores, o corpo do praticante quilombola torna-se ele próprio um arquivo vivo de memória. Os passos ritmados, os cânticos de

resposta (visos) e a vibração dos instrumentos percussivos reatualizam a ancestralidade africana, transmitindo códigos culturais e espirituais de forma profunda e intuitiva para os jovens da comunidade.

4.4. Os Museus Comunitários de Remanescentes Quilombolas: Espaços de Poder e Museologia Social

Os processos de salvaguarda do patrimônio em comunidades quilombolas culminam, em diversos territórios do Brasil, na criação de museus comunitários e centros de memória gestados autonomamente pelos próprios moradores, artesãos, mestres da cultura e pesquisadores populares. Essas instituições de base comunitária reúnem acervos que abarcam milhares de itens, incluindo fragmentos arqueológicos, utensílios de cozinha de ferro fundido ou barro, pilões, ferramentas agrícolas manuais e registros fotográficos da comunidade. Tais museus funcionam como fortalezas culturais que protegem a memória local contra a espoliação e o esquecimento.

A denominação e a estrutura desses museus articulam elementos da religiosidade, da ancestralidade e da história familiar local. É comum a utilização de acrósticos inspirados em nomes de matriarcas ou patriarcas, referências a passagens bíblicas de superação (como a oração de Jabes) ou termos de proteção ancestral de matriz africana. Essa nomenclatura evidencia a busca por ressignificação do sofrimento através do sagrado e da celebração da vida comunitária, convertendo o espaço do museu em um local de cura, acolhimento e reflexão coletiva.

Os acervos promovem uma potente dialética visual: ao lado de instrumentos de tortura do período colonial (cangas, palmatórias e correntes), expõem-se as tecnologias de liberdade inventadas pelos negros (prensas de mandioca, alambiques artesanais, redes de pesca e sistemas de irrigação). Essa exposição contrapõe-se à narrativa da passividade negra, ressaltando o protagonismo técnico e cultural afro-descendente na edificação econômica e social do país. O visitante confronta-se com a violência do passado, mas é imediatamente impactado pela demonstração da genialidade e da capacidade de superação do povo quilombola.

Quadro 2. Comparativo Entre a Museologia Tradicional e a Museologia Social Quilombola

Dimensão	Museu Tradicional / Eurocêntrico	Museu Comunitário Quilombola
Gestão e Custódia	Elites acadêmicas e órgãos estatais.	Moradores, griôs e associações locais.
Concepção de Acervo	Objetos raros de alto valor financeiro/artístico.	Objetos do cotidiano, território, memórias orais e afetos.
Função Social	Contemplação estética e conservação estática.	Ação política, fortalecimento da identidade e defesa territorial.
Pedagogia	Narrativa histórica hegemônica e linear.	Escrevivência, contra-narrativa e turismo comunitário.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Chagas (2018) e Guarnieri (2010).

Além disso, os museus comunitários atuam como motores de desenvolvimento local sustentável por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC). Atividades como trilhas interpretativas pelas matas ancestrais, vivências da culinária tradicional (como o preparo do funji, do vatapá e de beijus de mandioca) e apresentações de tambor de crioula, jongo ou ciranda geram renda local e fortalecem o orgulho identitário (Araújo, 2019; Moraes; Lustosa, 2024). O museu ergue-se, assim, como um "lugar de memória" (Nora, 1993) e um espaço de contracolonização (Santos, 2015), onde a preservação do passado financia e dignifica a vida no presente.

4.5. Juventude Quilombola, Governança Patrimonial e Sustentabilidade Territorial

Apesar dos avanços observados na salvaguarda da memória, a literatura aponta um desafio central: a integração efetiva e contínua da juventude quilombola nos processos formais de gestão dos museus comunitários e das instâncias de liderança política. O futuro das comunidades tradicionais depende intrinsecamente da capacidade de engajar as novas gerações na salvaguarda do patrimônio e na defesa permanente do território ancestral.

Em virtude das pressões impostas pela modernidade urbana, pela necessidade de deslocamento para centros urbanos em busca de ensino formal ou trabalho e pela penetração de mídias de massa, verifica-se por vezes um distanciamento dos jovens em relação às práticas e narrativas dos anciãos (Arruda, 2022). Esse abismo intergeracional fragiliza a transmissão dos saberes orais e pode enfraquecer as mobilizações pela regularização fundiária. Quando os jovens deixam o território ou desconhecem sua própria história, a

comunidade perde força política para enfrentar as investidas de especuladores e grandes empreendimentos.

Conforme salienta Little (2002), a territorialidade tradicional assenta-se na cosmologia e na memória que conectam o indivíduo à terra ancestral. Se os jovens desvinculam-se desse arcabouço simbólico, a defesa política do território perde sua força coletiva. Por essa razão, projetos educativos que integram a juventude aos acervos dos museus comunitários, utilizando inclusive mídias digitais e redes sociais para difundir a escrevivência quilombola, têm se mostrado essenciais para garantir o pertencimento, o protagonismo jovem e a continuidade da luta quilombola (Freitas; Queiroz, 2025; Munanga, 2019).

A apropriação das mídias digitais pelos jovens quilombolas não representa uma perda de identidade, mas uma reatualização da contracolonização. Ao produzirem podcasts, documentários audiovisuais e postagens em redes sociais sobre o cotidiano de seus quilombos, os jovens levam a escrevivência para o espaço virtual, denunciando violações de direitos, divulgando o turismo comunitário e conectando diferentes territórios quilombolas em uma ampla rede nacional de solidariedade e resistência. A governança patrimonial torna-se, assim, um campo fértil de inovação e continuidade ancestral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de literatura evidencia que as memórias sociais e os saberes tradicionais preservados nos territórios quilombolas ultrapassam, de maneira significativa, a dimensão de meras recordações nostálgicas do passado, constituindo-se como forças

vivas de resistência política, produção de conhecimento, afirmação identitária e continuidade histórica. Longe de representarem vestígios estáticos de experiências ancestrais, essas memórias são continuamente reelaboradas e atualizadas nas práticas cotidianas, nas relações comunitárias, nas manifestações culturais e nas formas de organização social que caracterizam os territórios quilombolas. Nesse sentido, a memória coletiva assume um papel fundamental na preservação dos vínculos de pertencimento, no fortalecimento das identidades étnico-raciais e na defesa dos direitos territoriais, contribuindo para a permanência das comunidades em suas terras tradicionalmente ocupadas e para a reprodução de modos de vida fundamentados na solidariedade, na ancestralidade e na relação sustentável com a natureza.

A análise desenvolvida permite compreender que os saberes tradicionais quilombolas constituem um patrimônio dinâmico e multifacetado, cuja relevância se manifesta tanto na dimensão simbólica quanto nas práticas materiais de existência e resistência. A ressignificação de objetos cotidianos, os conhecimentos relacionados à medicina tradicional fitoterápica, as práticas de manejo ambiental, a transmissão oral dos conhecimentos e as experiências de organização comunitária demonstram a capacidade dessas populações de produzir, preservar e compartilhar conhecimentos construídos historicamente a partir de suas experiências coletivas. Tais práticas evidenciam que as epistemologias afro-brasileiras não se limitam à preservação de tradições herdadas, mas compreendem processos contínuos de adaptação, recriação e resposta aos desafios sociais, políticos, econômicos e ambientais que atravessam a trajetória dessas comunidades. Dessa forma, reconhecer a importância dos saberes tradicionais significa também questionar as hierarquias históricas

que deslegitimaram conhecimentos produzidos fora dos espaços institucionalizados de produção científica.

Nesse contexto, os museus comunitários quilombolas assumem particular relevância como espaços de preservação da memória, valorização do patrimônio cultural e fortalecimento do protagonismo das comunidades na construção de suas próprias narrativas históricas. Mais do que locais destinados à conservação e à exposição de objetos, esses espaços articulam patrimônio material e imaterial, oralidade, experiências de vida, práticas culturais e conhecimentos ancestrais, contribuindo para a reconstrução de trajetórias frequentemente marginalizadas ou silenciadas pelas narrativas históricas hegemônicas. Sua atuação aproxima-se dos princípios da museologia social ao reconhecer a comunidade não apenas como detentora de um patrimônio, mas como sujeito ativo de sua interpretação, preservação e transmissão. Ao promoverem a valorização das memórias coletivas e das experiências de resistência, os museus comunitários contribuem para o enfrentamento das representações reducionistas e colonialistas sobre a história da população negra, reafirmando o direito das comunidades quilombolas de narrar suas próprias experiências, interpretar seu passado e participar da construção das representações sociais sobre sua identidade e trajetória. Nesse processo, a escrevivência constitui uma perspectiva relevante para compreender a potência das narrativas construídas a partir das experiências negras, especialmente quando associadas à valorização das vozes historicamente silenciadas.

Do ponto de vista teórico e acadêmico, os resultados desta reflexão reforçam a necessidade de ampliar os esforços de descolonização das metodologias de pesquisa, de modo a reconhecer a pluralidade

dos processos de produção do conhecimento e a legitimidade dos saberes construídos nos territórios tradicionais. A incorporação das experiências, narrativas e interpretações de griôs, benzedeiras, lideranças comunitárias e demais guardiões da memória contribui para superar abordagens que tratam essas populações exclusivamente como objetos de investigação, desconsiderando sua capacidade de formular interpretações próprias sobre a realidade. Torna-se, portanto, fundamental construir práticas investigativas orientadas pela escuta, pelo diálogo, pelo respeito aos conhecimentos tradicionais e pela valorização do protagonismo comunitário. Essa perspectiva não implica desconsiderar as contribuições da produção científica, mas promover interlocuções mais horizontais entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo que a compreensão das realidades quilombolas exige atenção às suas especificidades históricas, culturais, territoriais e políticas. Desse modo, a pesquisa acadêmica pode contribuir de maneira mais efetiva para a valorização das epistemologias afro-brasileiras e para o enfrentamento das desigualdades que historicamente condicionaram sua invisibilização.

Entretanto, a preservação da memória e dos saberes tradicionais não pode ser compreendida como uma responsabilidade exclusiva das comunidades quilombolas. Embora essas populações desempenhem papel central na salvaguarda de seu patrimônio cultural, a continuidade dessas práticas depende também da existência de condições sociais, econômicas, territoriais e institucionais que possibilitem sua reprodução ao longo das gerações. Nesse sentido, os conflitos fundiários, as pressões econômicas sobre os territórios, o racismo estrutural, a insuficiência de políticas públicas e as dificuldades de acesso a recursos destinados à manutenção dos espaços de memória constituem

desafios que precisam ser considerados. A proteção do patrimônio cultural quilombola encontra-se, portanto, diretamente relacionada à garantia dos direitos territoriais, uma vez que a memória coletiva, os conhecimentos tradicionais e as práticas culturais estão profundamente vinculados aos lugares, aos recursos naturais e às relações sociais que sustentam a vida comunitária. A defesa da terra representa, assim, uma condição indispensável para a continuidade dos modos de vida, para a transmissão dos conhecimentos ancestrais e para a manutenção das referências materiais e simbólicas que constituem a identidade quilombola.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de formular, fortalecer e implementar políticas públicas contínuas voltadas à salvaguarda do patrimônio cultural afro-brasileiro, ao incentivo aos museus de base comunitária e à valorização dos conhecimentos tradicionais. Essas iniciativas devem contemplar não apenas a preservação física de acervos e objetos, mas também o apoio às pessoas responsáveis pela transmissão dos saberes, a documentação participativa das memórias coletivas, a formação de agentes culturais comunitários e a criação de condições para a continuidade das práticas tradicionais. Da mesma forma, a titulação e a regularização dos territórios quilombolas devem ser compreendidas como medidas fundamentais para a efetivação dos direitos constitucionais dessas populações e para a proteção das condições materiais de reprodução de suas culturas. A articulação entre políticas culturais, educacionais, ambientais e fundiárias pode contribuir para que as iniciativas de preservação patrimonial não permaneçam restritas a ações pontuais, mas integrem estratégias abrangentes de reconhecimento, reparação histórica e promoção da justiça social.

Outro aspecto fundamental refere-se à participação das novas gerações nos processos de preservação e transmissão da memória coletiva. A inclusão ativa da juventude quilombola na gestão dos museus comunitários, na documentação das narrativas orais, na valorização das práticas culturais e na defesa dos territórios constitui uma dimensão estratégica para a continuidade do patrimônio ancestral. Essa participação, contudo, não deve ser orientada pela expectativa de reprodução inalterada das tradições, mas pelo reconhecimento de que a transmissão intergeracional envolve diálogo, transformação e reelaboração dos conhecimentos diante das mudanças históricas e sociais. Garantir condições para que os jovens conheçam, valorizem e ressignifiquem o legado de seus antepassados significa fortalecer sua autonomia, seu sentimento de pertencimento e sua capacidade de atuar na construção dos futuros de suas comunidades. Assim, a continuidade da memória quilombola depende tanto da valorização dos guardiões dos saberes tradicionais quanto da criação de oportunidades para que as novas gerações participem de maneira efetiva das decisões relacionadas ao patrimônio, à cultura e ao território.

Por fim, reconhece-se que a presente revisão de literatura contribui para evidenciar a centralidade das memórias sociais, dos saberes tradicionais e dos museus comunitários nos processos de resistência, afirmação identitária e defesa dos direitos quilombolas. Ao reunir essas dimensões em uma reflexão integrada, o estudo reforça a compreensão de que a preservação da memória não constitui apenas um exercício de valorização do passado, mas uma prática social e política diretamente relacionada às possibilidades de existência e continuidade dessas comunidades no presente e no futuro. Ao mesmo tempo, por se tratar de uma investigação fundamentada na revisão de literatura e na reflexão teórico-

conceitual, suas considerações apontam para a importância de estudos empíricos capazes de aprofundar a compreensão das experiências concretas de museus comunitários, das estratégias de transmissão intergeracional dos saberes e dos desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em diferentes contextos territoriais.

Conclui-se, portanto, que a memória coletiva, os saberes tradicionais e os museus comunitários constituem dimensões indissociáveis da resistência histórica e contemporânea das populações quilombolas. Seu reconhecimento e sua valorização exigem o compromisso articulado das comunidades, das instituições de ensino e pesquisa e do poder público com a superação das desigualdades históricas, a garantia dos direitos territoriais e a promoção de políticas efetivas de salvaguarda cultural. Mais do que preservar vestígios de experiências passadas, trata-se de assegurar as condições para que as comunidades quilombolas continuem produzindo conhecimentos, reconstruindo suas narrativas e exercendo plenamente seu direito à existência, à memória e à autodeterminação. Nesse horizonte, a ancestralidade negra permanece não apenas como referência histórica, mas como fundamento de resistência e fonte de possibilidades para a construção de relações sociais mais justas, solidárias e comprometidas com a dignidade humana e a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto.** Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ARAÚJO, Antônio Carlos de. O processo educativo do jongo no Quilombo Machadinha: oralidade, saber da experiência e identidade. **Revista de Educação Popular,** Uberlândia, 2019.

ARRUDA, N. A. A. Saberes tradicionais e juventude: desafios para a transmissão intergeracional. **Práxis Educacional,** Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, 2022.

CHAGAS, Mario; *et al*. Museu quilombola da Serra da Gameleira: museologia social, acervo e exposição. **Revista Mundaú,** n. 12, p. 238-256, 2022.

CHAGAS, Mario. Museu, memória e poder: ensaio de museologia social. *In*: CHAGAS, Mario; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas.** Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FERREIRA, J.; COSTA, A. Terra de quilombo: proteção ambiental e preservação dos saberes tradicionais dos povos ribeirinhos de Abaetetuba (Pará). **Revista de Geopolítica,** 2025.

FONSECA, Valéria Vitório; OLIVEIRA, Daiane Silva; ANDRADE, Henrique Oliveira de. Oralidade, identidade e protagonismo quilombola em Feira de Santana/Bahia. **Giramundo,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 45-54, 2021.

FREITAS, T.; QUEIROZ, R. S. G. Construção identitária de crianças quilombolas a partir da ancestralidade africana presente na literatura infantojuvenil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** 2025.

GAUTÉRIO, Nicolli Bueno; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A memória coletiva para Joël Candau e Maurice Halbwachs: coesão dos grupos sociais em um mesmo espaço. **Mnemosine,** v. 18, n. 1, 2022.

GOMES, F.; RESENDE, A. Memória e identidade quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo Pau d'Arco. **Diversitas Journal,** v. 5, n. 1, 2020.

GUARNIERI, WaldisaRússio Camargo. Texto III: Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **WaldisaRússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, n. 322. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MORAES, C. L.; LUSTOSA, I. M. C. Lutar, cuidar, gerar e regularizar: turismo comunitário no território quilombola do Cumbe – Aracati (Ceará). **Tourism and Hospitality International Journal,** 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora,** Rio de Janeiro, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Denise Tatiane Girardon dos; KEITEL, Ângela Simone Pires; ROCHA, Maria Luiza Vargas. Os territórios quilombolas como espaços de construção e preservação da identidade: um estudo na comunidade quilombola de Júlio Borges – RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito,** v. 9, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SILVA, F.; SANTOS, D. Memórias, narrativas e ancestralidade do Quilombo Sambaquim (PE). **Revista Antígona,** UFT, 2021.

SILVA, Fabiana Ana da. **Contam os mais velhos: ancestralidade, oralidade e resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE/Brasil.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

---

[1] Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. UFRPE. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[6] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[7] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[8] Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[9] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail